

Avaliação Institucional do CEFET-BA

diversidade institucional num sistema diversificado

Maria Aparecida da Silva Modesto
Rivailda S. Nunes de Argollo

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MODESTO, MAS., and ARGOLLO, RSN. Avaliação institucional do Cefet-BA: diversidade institucional num sistema diversificado. In TENÓRIO, RM. and VIEIRA, M.A., orgs. *Avaliação e sociedade: a negociação como caminho* [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. pp. 147-164. ISBN 978-85-2320-934-6. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste livro, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este libro, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

MARIA APARECIDA DA SILVA MODESTO | RIVALDA S. NUNES DE ARGOLLO

Avaliação Institucional do Cefet-BA

Diversidade institucional num sistema diversificado

INTRODUÇÃO

Todo sistema educacional está historicamente localizado e circunstanciado. Na sua essência, circulam complexos movimentos de construção e reconstrução, determinados por fatores de ordem econômico-social e político-cultural, definindo contextos em que se situam os diferentes atores sociais – governos, dirigentes, comunidade acadêmica, pais e alunos, cujos interesses são diferenciados. Nessa conjuntura, em que a educação tem responsabilidade social, enquanto instituição de caráter público e democrático, no desenvolvimento da sociedade, a avaliação exerce um papel central.

Para Sobrinho (2000), a avaliação é o grande organizador das reformas em educação, as quais não se limitam aos aspectos educativos, avançando para as metas sociais e econômicas. Configura-se como elemento central nas discussões, abrangendo o contexto geral das reformas de caráter econômico e político, portanto educacional. Na definição de House (apud Sobrinho p.13), a avaliação é “uma atividade que é afetada por forças políticas e que tem efeitos políticos”.

Diante da sua amplitude e complexidade, os estudos e discussão acerca da temática apresentam várias dificuldades. Uma delas tem relação com a gama de possibilidades de investigação, isto porque a avaliação é objeto de interesse de diferentes atores. Há que se ressaltar, ainda, as possibilidades de função¹, aqui destacadas por Catani et al:

Duas tendências opostas balizam o debate na área: uma, que tem por finalidade básica a regulação e o controle centrado em instrumentos standardizados e, outra, voltada para a emancipação por meio de mecanismos e processos avaliativos que promovam a compreensão e o desenvolvimento institucional. (CATANI et al., 2002, p. 1).

Neste artigo socializa-se a experiência do Cefet-BA ao conduzir o processo de auto-avaliação institucional, que, não obstante atender às

determinações do Sinaes, ampliou a proposta do sistema para além da educação superior. A instituição, diante da sua especificidade, não pode conduzir um processo de avaliação apenas da educação superior, o que acarretaria a fragmentação dos processos institucionais. Assim, optou por promover uma avaliação em todas as modalidades de ensino ofertadas, para atender ao princípio da globalidade. Por outro lado, esta ação será inócua se não houver o respaldo dos órgãos responsáveis pela regulação e governança deste processo.

SITUANDO A QUESTÃO NO CAMPO DA AVALIAÇÃO

No Brasil, a discussão em torno da avaliação da educação ocorre desde a década de 70, no âmbito da pós-graduação, e desde a década de 80, no âmbito da graduação. A produção acadêmica sobre a avaliação da educação, antes tímida, ganha destaque nas décadas de 80 e 90. As discussões perpassam propostas e ações governamentais destinadas à avaliação das instituições de educação superior e à formação das políticas pelo Estado.

Na avaliação da educação superior, o foco consistia na qualidade das instituições e prestação de contas à sociedade. As primeiras iniciativas de fomento encontram sistematização nos trabalhos de comissões, resultantes no Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU²) e nos estudos do Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior (GERES³).

Até a década de 90, as instituições de educação superior brasileiras eram autorizadas a funcionar por meio de processo de credenciamento burocrático, o qual não previa nenhum tipo de avaliação institucional. As políticas pensadas para avaliação da educação atendiam a perspectiva do Estado regulador, tendo como enfoque as ações de credenciamento das instituições e a autorização de cursos. Essas políticas redundam na proposta de um modelo avaliativo de resultado, isto é, verifica em termos práticos e imediatos a qualidade das instituições, no que diz respeito à capacidade de atender as demandas da sociedade.

Numa perspectiva mais abrangente, surge uma nova vertente na concepção da avaliação que se caracteriza por um enfoque centrado na

instituição, com vistas à sua melhoria. Tem-se, de fato, uma proposta de avaliação institucional, vez que tanto o objeto quanto o sujeito do processo referem-se à Instituição. Na concepção de Belloni (1996, p. 9), “a avaliação institucional é aquela voltada para a instituição de educação superior e é por ela conduzida”. Assim, a avaliação institucional não responde, exclusivamente, às exigências de regulação do Estado, mas configura-se como uma responsabilidade da comunidade acadêmica de cada instituição, numa concepção emancipatória, sem o reducionismo de vincular a avaliação aos mecanismos de distribuição de recursos.

No início da década de 90 surge o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (Paiub) como um modelo avaliativo que privilegia questões socioeducativas, por meio de uma metodologia que integra os dados quantitativos às análises qualitativas. O programa tem por objetivo avaliar a qualidade do trabalho das universidades, por meio de uma ação sistemática e coletiva de compreensão global da instituição, considerando as características de sua identidade e missão.

O processo de avaliação deve ser contínuo e sistemático, para promover permanente aperfeiçoamento, reflexão constante e redefinição dos objetivos e das prioridades científicas e sociais da instituição acadêmica. Assim, não deve estar vinculado a mecanismos de punição ou premiação. Ao contrário, deve prestar-se para auxiliar na identificação e na formulação de políticas, ações e medidas institucionais que impliquem atendimento específico ou subsídios adicionais para o aperfeiçoamento de insuficiências encontradas. (BRASIL, 1994, p. 14).

Não obstante ter como princípio básico a adesão voluntária das instituições e ser produto das discussões entre os segmentos universitários e segmentos ligados ao Ministério da Educação (MEC), a sua implementação sucumbiu à interrupção do apoio do MEC, transformando-o em um processo de avaliação meramente interno. Apesar disso, as instituições buscaram, em um esforço conjunto, compartilhar as experiências, se motivando e aprendendo para não deixar morrer o processo de

avaliação que começara a ser consolidado (VERHINE, 2000). No entanto, o Paiub legitima uma cultura de avaliação, constituindo-se num marco da trajetória da avaliação.

O MEC, respaldado na Lei nº 9.131/95 e na Lei de Diretrizes e Bases n.º 9.394/96 (LDB), cria novos mecanismos de avaliação: o Exame Nacional de Cursos (ENC); a Análise das Condições de Ensino (ACE) e Avaliação das Condições de Oferta (ACO). Tais mecanismos configuram-se avaliações parciais e isoladas, baseadas em procedimentos classificatórios, com a finalidade de distribuir recursos e subsidiar a tomada de decisão relativa a autorizações de funcionamento e credenciamento de instituições e cursos. Destes, ganhou destaque e publicidade o ENC, por disseminar uma prática de avaliação, ainda que não se propusesse a diagnosticar os reais problemas da educação.

Os princípios do ENC divergem dos estabelecidos pelo Paiub. Enquanto este propõe uma avaliação formativa, tendo como princípio a globalidade institucional, o ENC tem como foco o curso, situando a análise nos dados quantitativos, a partir do resultado final, com o propósito de produzir informação para classificar as instituições entre si e regular o sistema universitário no “quase-mercado⁴” educacional.

No ano de 2003, é instituída uma Comissão Especial da Avaliação da Educação Superior (CEA), cujos estudos resultam no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). A referida comissão tem

a finalidade de analisar, oferecer subsídios, fazer recomendações, propor critérios e estratégias para a formulação dos processos e políticas de avaliação da educação superior e elaborar a revisão crítica dos seus instrumentos, metodologias e critérios utilizados (BRASIL, 2003, p. 7).

Conforme explanado, a avaliação da educação superior consolida uma trajetória de aperfeiçoamento. Por outro lado, nas demais modalidades de ensino, as iniciativas para organização de uma sistemática de avaliação em esfera nacional são totalmente incipientes, ou até mesmo inexistentes. No âmbito da Educação Profissional não existe regulamentação que trate

da avaliação institucional, tampouco da prática da avaliação nas próprias instituições. No máximo, implantam-se instrumentos de coleta, a exemplo do Sistema de Informações Gerenciais e Censos, com a finalidade do gerenciamento de dados para fins de regulação. No âmbito da Educação Básica, as práticas que mais se aproximam de um sistema nacional de avaliação referem-se ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

AVALIAÇÃO SEGUNDO O SINAES

Em 2004, a Lei nº 10.861 institui o Sinaes, cuja perspectiva de avaliação é formativa, regulatória e emancipatória. A proposta é que a avaliação não tenha um fim em si mesma, mas que seja parte de um conjunto de políticas públicas, sem ser focada apenas nos resultados, mas também nos processos. A discussão desse modelo buscou articular as concepções do Paiub e do ENC e teve como eixo central as ideias de integração e participação. Assim, o Sinaes se propõe a garantir a integração das dimensões interna e externa, somativa e formativa, particular e global, qualitativa e quantitativa (GOUVEIA et al., 2005).

Esta concepção de avaliação tem por princípios: responsabilidade social com a qualidade da educação superior, respeito à identidade e à diversidade institucional em um sistema diversificado, globalidade, legitimidade e continuidade. Estes princípios se coadunam com as diretrizes de participação, integração e institucionalidade propostas pelo sistema.

Trata-se, portanto, de um sistema de avaliação global e integrada, que articula os resultados dos processos avaliativos: da Avaliação das Instituições de Ensino Superior (Avalies); da Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG); e da Avaliação do Desempenho dos Estudantes (Enade). Estes processos, na perspectiva de constituírem um sistema, estão ligados e articulados entre si e serão coordenados e supervisionados por órgão colegiado denominado Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes).

O Enade, seguindo a mesma lógica do ENC, também avalia cursos, com algumas inovações: é componente curricular obrigatório dos cursos; será aplicado, periodicamente, por meio de amostras, para os alunos ao final do primeiro e do último ano de curso; todos os cursos serão avaliados no triênio.

No que tange à ACG, similarmente ao modelo adotado anteriormente, seu objetivo é identificar as condições de ensino, avaliando o perfil do corpo docente, a organização didático-pedagógica e a infra-estrutura.

A modalidade Avalies busca fornecer uma visão global sob dupla perspectiva: avaliação externa, realizada por especialistas externos, e auto-avaliação, conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA). A auto-avaliação fundamentará a avaliação externa e tem como principais objetivos ampliar a consciência pedagógica da comunidade acadêmica, identificar as potencialidades e fragilidades, fortalecer as relações de cooperação no âmbito institucional.

A análise documental subsidia a Avalies, marcadamente a avaliação externa, que utiliza os dados para elaborar o relatório, com vistas a subsidiar a regulação e políticas educacionais. No rol de documentos destacam-se o Relatório de Auto-avaliação, Censo e Cadastro da Educação Superior, Plano de Desenvolvimento Institucional, Projeto Pedagógico Institucional e de Cursos.

Concebido para Instituições de Educação Superior (IES), o sistema tem por objetivo identificar o perfil e o significado da atuação institucional, considerando dez dimensões estabelecidas na lei. Ainda que a proposta seja coerente com os princípios, critérios e pressupostos que lhe dão fundamentação conceitual e política, dentre os quais o “respeito à identidade e à diversidade institucionais em um sistema diversificado”, demonstra fragilidades, notadamente, no caso dos Centros Federais de Educação Tecnologia (Cefet).

Nessa perspectiva, é necessário rever os limites do sistema, visto que a diversidade institucional, no caso dessas instituições, não é verdadeiramente considerada, pois as normas e financiamentos do Sinaes não contemplam a totalidade institucional quando considera avaliar apenas a educação superior, desprezando as demais modalidades que compõem a mesma instituição.

DIVERSIDADE INSTITUCIONAL DO CEFET-BA

O Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (Cefet-BA) foi criado por meio da Lei nº 8.711, de 28/09/1993, pela transformação da Escola Técnica Federal da Bahia (Etfba) e incorporação do Centro de Educação Tecnológica da Bahia (Centec).

Sua origem remonta ao início do século XX quando, em 1909, foram criadas as Escolas de Aprendizes Artífices. Em 1937, a instituição passou a ser denominada de Liceu Industrial de Salvador, ministrando ensino profissionalizante de 1º ciclo. A Lei Orgânica do Ensino Industrial, de 1942, estendeu essa modalidade de ensino ao 2º ciclo e o Liceu recebeu o nome de Escola Técnica de Salvador. Através da Lei nº 4.759/65, passou a ser denominada de Escola Técnica Federal da Bahia. Já o Centro de Educação Tecnológica da Bahia foi criado pela Lei nº 6.344, de 06 de julho de 1976, como autarquia federal do então Ministério da Educação e Cultura.

O Cefet-BA expandiu-se com a criação e implantação das Unidades de Ensino (UE) nas cidades de Barreiras, Camaçari, Eunápolis, Porto Seguro, Santo Amaro, Simões Filho, Valença, Vitória da Conquista, configurando-se, assim, como uma organização multicampi, com Sede localizada na cidade de Salvador.

O Cefet-BA oferta cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, nível médio (em extinção), educação profissional técnica de nível médio nas modalidades integrada, subsequente e educação de jovens e adultos, licenciatura e educação superior tecnológica de graduação e de pós-graduação (BRASIL, 1993). Todos esses níveis e modalidades de ensino, associados à pesquisa e extensão, têm como premissa básica a efetivação da missão institucional.

Assim, oferta seis Cursos Superiores, sendo quatro de Bacharelado, um de Tecnologia e um de Licenciatura Plena e sessenta Cursos Técnicos Profissionalizantes. Na área de pós-graduação, realiza, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), um Mestrado interinstitucional em Engenharia Mecânica e um curso de especialização (Cefet-BA, 2007). Conta com dezenove grupos de pesquisa cadastrados

no Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (CNPq) e desenvolve atividades de extensão nas áreas de administração, economia solidária, artes, automação industrial, comunicação, construção civil, desenho, eletrônica, eletrotécnica, hotelaria e turismo, informática, línguas, mecânica, metalurgia, polímeros, química, petroquímica, saúde, segurança do trabalho, dentre outras.

AUTO-AVALIAÇÃO DO CEFET-BA

Na compreensão de Sobrinho (2003, p. 177), a avaliação é “uma prática social orientada, sobretudo para produzir questionamentos e compreender efeitos pedagógicos, políticos, éticos, sociais, econômicos do fenômeno educativo”, não devendo ser uma simples medida para efeitos de comparação e discriminação.

A avaliação institucional implantada no Cefet-BA é consoante com o Sinaes, portanto contempla a auto-avaliação e a avaliação externa. No entanto, a especificidade institucional retrata que uma avaliação, para ser integral e atender ao princípio da globalidade, deve extrapolar a proposta do Sinaes, na perspectiva de pensar um modelo que integre a avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino ofertadas.

Nesse sentido e diante da autonomia outorgada a cada IES, na construção do seu Projeto de Auto-Avaliação, o Cefet-BA, respeitando sua diversidade, para melhor conduzir o processo avaliativo, estabeleceu como diretrizes básicas: promover auto-avaliação da Instituição na sua totalidade, isto é, em todas as UE, níveis e modalidades de ensino, e permitir que toda a comunidade acadêmica participe da avaliação.

A CPA constitui-se num órgão colegiado com representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docente, técnico-administrativo e discente) e de representantes da sociedade civil organizada. Tem como atribuições a condução dos processos internos de avaliação da Instituição, a sistematização e a prestação de informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Assim, elaborou Regulamento próprio prevendo a criação de Comissões Setoriais

de Avaliação (CSA), responsáveis pela condução dos processos avaliativos nas UE.

O processo de avaliação foi construído de forma democrática, integrada, participativa e voluntária, segundo os princípios da globalidade, continuidade, legitimidade, respeito à identidade institucional e enfatizando a avaliação como oportunidade de desenvolvimento institucional. Com esse propósito, a metodologia para auto-avaliação foi construída de forma coletiva e participativa.

O processo de sensibilização, previsto em todas as etapas do projeto, constou da realização de palestras, encontros, reuniões, seminário aberto à participação de Diretores, representantes dos Setores, Chefes de Departamentos, Coordenadores de Cursos e comunidade acadêmica, realizado em todas as Unidades de Ensino. Destacam-se:

- 1) Seminário sobre Avaliação Institucional e Plano de Desenvolvimento Institucional do Cefet-BA, com representantes e consultores do Inep na área de Avaliação, com o objetivo sensibilizar a comunidade acadêmica para a construção coletiva do Projeto de Avaliação Institucional e consolidação da proposta do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- 2) Criação de página com o propósito de disponibilizar um espaço interativo para colaborações, críticas e sugestões e de ampla divulgação da Legislação, Regulamento e Boletins Informativos;
- 3) Oficinas com a comunidade acadêmica, representantes de pais e da sociedade civil organizada para construção dos indicadores de avaliação, que subsidiaram a elaboração dos instrumentos de pesquisa.

Além dessas atividades, promoveu a realização de concurso dirigido aos discentes para escolha do mascote da avaliação, campanha de divulgação através de cartazes e sondagem conduzida por alunos.

Os instrumentos de avaliação foram construídos de forma coletiva, segundo os indicadores propostos pela comunidade e as dimensões do Sinaes demonstradas no Quadro 1. Os instrumentos, na fase de construção, foram

disponibilizados na página para conhecimento e contribuição de toda comunidade, sendo validados por componentes de cada segmento.

Para fins de entendimento, faz-se importante adotar as seguintes definições: dimensões, como agrupamentos de grandes traços ou características referentes aos aspectos institucionais que se pretende emitir juízo de valor; indicadores, como aspectos ou características das dimensões que se pretende avaliar. Assim, para cada dimensão corresponde um grupo de indicadores que determinam como essas serão avaliadas.

Foram adotados instrumentos específicos para cada segmento pesquisado, conforme Quadro 2, contemplando questões fechadas e espaço para críticas e sugestões. Para as questões fechadas adotou-se uma escala de valores que pretendia medir o grau de satisfação dos pesquisados, com a seguinte correspondência: 0 não é atendido; 1 atendido em até 25%; 2 atendido em até 50 %; 3 atendido em até 75%; 4 atendido em até 100%.

Visto que toda a comunidade interna deveria participar do processo de auto-avaliação, a CPA disponibilizou os respectivos instrumentos a todos os segmentos. A pesquisa para avaliação interna permitiu o envolvimento de toda população da comunidade acadêmica, já que o processo precisa garantir a globalidade, ampla participação e gerar uma cultura de avaliação. Assim, intencionalmente, não foi definida uma amostra. Responderam aos instrumentos de avaliação os sujeitos dispostos a colaborar espontaneamente. A principal dificuldade correspondeu à aplicação dos instrumentos à comunidade externa e aos egressos. Participaram da pesquisa 44% dos alunos matriculados no ano de 2005 em todos os cursos ofertados, sendo 65% do Ensino Superior, 32% do Ensino Profissionalizante de Nível Técnico e 51% do Ensino Médio; 35,2% docentes; 33,1% técnico-administrativos; 127 egressos concluintes entre os anos de 2002 e 2005 e 80 instituições/empresas da comunidade externa com atividades correlatas às áreas de atuação dos cursos ministrados pelo Cefet-BA.

Quadro 1 – Indicadores do Cefet-BA segundo as dimensões do Sinaes

DIMENSÃO DO SINAES	INDICADORES DO CEFET- BA
I. Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional PDI	Conhecimento da Missão Conhecimento do PDI- CEFET-BA; Construção do PDI-CEFET-BA (democratização) Prática pedagógica em consonância com o PDI; Coerência com a realidade institucional; Articulação do PDI com a Gestão Institucional.
II. Política para o Ensino, Pesquisa, Pós - Graduação Extensão e respectivas formas de operacionalizações	Cursos; Currículo; Prática Pedagógica. Estágio (curricular); Pesquisa; Produção Científica; Cursos de Pós-Graduação; Projetos de Extensão.
III. Responsabilidade Social da Instituição	Projetos Sociais; Incubadoras; Inclusão Social.
IV. Comunicação com a Sociedade	Formas de comunicação interna; Formas de comunicação externa; Adequação da comunicação; Imagem e marketing da Instituição.
V. Política de Pessoal	Programa de capacitação; Qualidade de vida do Servidor; Quadro de pessoal; Política de incentivo na carreira; Condições de trabalho do Servidor.
VI. Organização e Gestão da Instituição	Órgão Colegiado; Gestão; Plano de Gestão/Metas.
VII. Infra-estrutura física	Salas de aula e área de prática esportiva; Laboratórios; Biblioteca; Salas de Rec. Audiovisual; Rede eletrônica de informação; Áreas de convívio social dos Segmentos; Política Institucional de conservação e segurança.
VIII. Planejamento e Avaliação	Plano de Desenvolvimento Institucional -PDI; Planejamento Institucional; Projeto Pedagógico Institucional; Projeto Pedagógico de Curso; Avaliação Institucional.
IX. Política de atendimento ao Estudante	Formas de acesso ao Curso; Egressos; Assistência aos alunos.
X. Sustentabilidade financeira	Orçamento.

Fonte: Relatório de Auto-Avaliação do Cefet-BA, 2006

Quadro 2 - Instrumentos de avaliação

INSTRUMENTO	QUEM AVALIA	O QUE AVALIA	DIMENSÃO SINAES
A1	Aluno	Instituição	I. Missão e PDI II. Política ensino, pesquisa, extensão III. Responsabilidade social IV. Comunicação com a sociedade VI. Organização e gestão VII. Infra-estrutura IX. Política de atendimento ao estudante
		Curso	
		Coordenação	
		Setores de apoio	
		Infra-Estrutura	
A2	Aluno	Auto-Avaliação	II. Política ensino, pesquisa, extensão VI. Organização e gestão VII. Infra-estrutura
		Disciplina	
		Professor	
B	Técnico - Administrativo	Auto-Avaliação	I. Missão e PDI III. Responsabilidade social IV. Comunicação com a sociedade V. Política de pessoal VI. Organização e gestão VII. Infra-estrutura VIII. Planejamento e avaliação
		Infra-Estrutura	
		Instituição	
C	Comunidade Externa	Auto-Avaliação	II. Política ensino, pesquisa, extensão IV. Comunicação com a sociedade VI. Organização e gestão IX. Política de atendimento ao estudante
		Mercado de Trabalho	
D1	Docente	Auto-Avaliação	I. Missão e PDI II. Política ensino, pesquisa, extensão III. Responsabilidade social IV. Comunicação com a sociedade V. Política de pessoal VI. Organização e gestão VII. Infra-estrutura VIII. Planejamento e avaliação
		Departamento	
		Infra-Estrutura	
		Órgãos de apoio	
D2	Docente	Auto-Avaliação	II. Política ensino, pesquisa, extensão VI. Organização e gestão VII. Infra -estrutura
		Coordenação	
		Disciplina	
		Curso	
E	Egressos	Instituição	II. Política ensino, pesquisa, extensão IV. Comunicação com a sociedade VI. Organização e gestão VII. Infra -estrutura IX. Política de atendimento ao estudante

Fonte: Relatório de Auto-Avaliação do Cefet-BA, 2006.

Da análise dos resultados compilados identificaram-se os pontos fortes, intermediários e fracos para as categorias: gestão, instituição, participação na vida acadêmica, curso, disciplina, setor e órgão de apoio, condição de trabalho e infra-estrutura.

O processo resultou no acolhimento e interesse de alguns participantes, despertando para a importância da Avaliação Institucional. A falta de cultura de avaliação aliada à cultura organizacional provavelmente contribuiu para o menor envolvimento dos docentes e técnicos, demons-

trado pelo desinteresse ao responder a pesquisa. Por outro lado, os discentes demonstraram maior receptividade. Ainda que possa ser considerada tímida a participação da comunidade acadêmica, tanto na construção quanto na realização da pesquisa, julga-se legítimo o processo, que sensibiliza e promove o caminhar institucional para uma cultura avaliativa de interesse de todos.

Os resultados da Auto-Avaliação Institucional foram discutidos em palestras, reuniões e divulgados à comunidade acadêmica por meio de publicações internas e envio de relatórios. Considerando que o universo do corpo discente da pesquisa retrata a seguinte proporção: 14% Superior, 46% Técnico, 40% Ensino Médio, confirma-se a necessidade de ampliar a avaliação a toda Instituição.

Cabe identificar algumas dificuldades de ordem estrutural: ausência de capacitação dos membros da CPA na temática; insuficiência de recursos financeiros; falta de acompanhamento das atividades da CPA pela Conaes; exiguidade de tempo para elaboração e execução do processo; acúmulo de atividades dos membros da CPA.

A Auto-Avaliação Institucional do Cefet-BA logrou êxito por configurar-se como uma experiência positiva por ser uma construção coletiva, sensibilizar a comunidade, identificar avanços e limitações no decorrer do processo e instrumentalizar a gestão na tomada de decisão, além de traçar um diagnóstico do grau de satisfação da comunidade quanto à atuação do Cefet-BA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sucesso da avaliação reside na prática constante, com participação e envolvimento de todos os seus atores na construção de uma cultura de avaliação que configure legitimidade e continuidade ao processo.

Não obstante o Sinaes representar um avanço na trajetória da avaliação nas últimas décadas, ampliando as propostas implementadas anteriormente, coerente com princípios, critérios e pressupostos que lhe dão fundamentação conceitual e política, dentre os quais o “respeito à identidade e à diversidade

institucionais em um sistema diversificado”, demonstra fragilidades, notadamente no caso do Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia.

A despeito do Sinaes apresentar problemas conceituais, técnicos e de governança, configura-se como uma proposta factível e relevante de avaliação institucional do sistema de educação superior. No entanto, ao mesmo tempo em que foi contemplado com uma ampla discussão na fase de sua elaboração, com diversas representatividades que legitimaram a proposta, necessita abranger verdadeiramente a diversidade do sistema.

Ainda que o Cefet-BA extrapole as recomendações do Sinaes, ampliando a avaliação da educação superior para as demais modalidades de ensino ofertadas, ressenete-se de que essa prática não se configure como objetivo do Sinaes, nem dos órgãos de regulação vinculados ao Cefet-BA. Dessa forma, as orientações, os prazos e recursos, enfim, a normalização não corresponderá às necessidades previstas.

Nesse sentido, a prática avaliativa do Cefet-BA será inócua, uma vez que os resultados estarão circunscritos ao âmbito interno da Instituição. Por outro lado, os organismos externos terão apenas uma visão parcial e fragmentada dessa avaliação, a ser consolidada com a avaliação externa apenas dos cursos superiores. Faz-se necessário o Cefet-BA firmar sua identidade institucional no âmbito interno e externo.

Sabe-se que as políticas públicas, pela sua abrangência, são elaboradas para a maioria, e no caso do Sinaes a representatividade das Universidades é majoritária. Por outro lado, é premente um olhar atento para construir um modelo de avaliação institucional que analise as possibilidades e os limites de ampliação e adequação do Sinaes para atender a diversidade ora apresentada.

Uma IES com a singularidade do Cefet-BA, que oferta diversas modalidades de ensino, não pode prescindir de avaliar o todo, realizando uma avaliação apenas para educação superior, pois assim estaria fragmentando a sua missão e projetos institucionais e, por conseguinte, seu perfil de atuação perante a sociedade.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, Almerindo Janela. Estado, Mercado, Comunidade e Avaliação: proposta de um quadro teórico-sociológico. In: **Avaliação educacional: regulação e emancipação**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 93-125.
- BELLONI, Isaura. A Universidade e o compromisso da avaliação institucional na reconstrução do espaço social. **Avaliação**, nº 2, Dez/96, 5-14.
- BRASIL. Lei n. 10.861 de 14 de Abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Diário Oficial da União**, Brasília, 15 abr. 2004.
- _____. Lei n. 9.394 de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996.
- _____. Lei n. 8.711 de 28 de Setembro de 1993. Dispõe sobre a transformação da Escola Técnica Federal da Bahia em Centro Federal de Educação Tecnológica. **Diário Oficial da União**, Brasília, 29 set. 1993.
- _____. Ministério da Educação. **Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras - Paiub**. Brasília: SESu, 1994.
- _____. Ministério da Educação. **Sinaes - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: Bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior brasileira**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.
- _____. Ministério da Educação. **Sinaes - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação**. 4 ed. ampliada. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.
- CATANNI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de; DOURADO, Luiz Fernando. **A política de avaliação da educação superior no Brasil em questão**. Disponível em <<http://www.anped.org.br/reunioes/24/T0598433752239.DOC>>. Acesso em: 26 out. 2007
- Cefet-BA. Comissão Própria de Avaliação. **Projeto de Auto-Avaliação do Cefet-BA**. Disponível em <<http://www.cefetba.br/cpa/cpa.html>>. Acesso em: 03 jan. 2007.
- _____. Comissão Própria de Avaliação. **Relatório de Auto-Avaliação do Cefet-BA 2006**. Disponível em <<http://www.cefetba.br/cpa/cpa.html>>. Acesso em: 03 jan. 2007.

_____. Coordenação de Planejamento. **Relatório de Gestão 2007**. Disponível em <<http://www.cefetba.br>>. Acesso em: 30 jun. 2008

GOUVEIA, Andréa Barbosa et al. Trajetória da Avaliação da Educação Superior no Brasil: singularidades e contradição (1983-2004). **Estudos em Avaliação Educacional**. São Paulo, v. 16, n. 31, p.101-131 jan./jun. 2005.

SOBRINHO, José Dias. Tendências nacionais e internacionais na avaliação. In: VERHINE, Robert E. (org). **Experiências de Avaliação Institucional em Universidades Brasileiras**. Salvador: UFBA/Faced/PPGE, 2000.

_____. **Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior**. São Paulo: CORTEZ, 2003.

SOUZA, Sandra Z. L. de; OLIVEIRA, Romualdo P. de. Políticas de avaliação da educação e quase mercado no Brasil. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 24, n. 84, p. 873-895, set. 2003.

VERHINE, Robert Evan (org). **Experiências de Avaliação Institucional em Universidades Brasileiras**. Salvador: UFBA/Faced/PPGE, 2000.

NOTAS

- 1 Sobre regulação e emancipação ver também Afonso, 2000.
- 2 O PARU, formalizado em 1983, pelo Conselho Federal de Educação (CFE), foi concebido como uma pesquisa para subsidiar a discussão e a reflexão da crise da educação superior, sob a coordenação da Comissão do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Configura-se num referencial teórico, circunscrito aos temas de gestão e produção/disseminação de conhecimentos, mas não apresenta indicações técnicas que estabeleçam um programa de avaliação das instituições, sendo desativado em 1984.
- 3 O GERES surgiu em 1986, criado pelo MEC, propondo uma nova política para a educação superior brasileira. A proposta do GERES é que o processo de avaliação a ser conduzido pela Secretaria da Educação Superior do MEC contemple a avaliação do desempenho institucional e a avaliação da qualidade dos cursos oferecidos. Numa concepção regulatória, apresentava a avaliação como contraponto à autonomia das IES, propondo a distribuição de recursos de forma vinculada aos resultados da avaliação.
- 4 Para melhor análise consultar Souza e Oliveira, 2003.